





Nº 622

Administração Superior

Defensor Público Geral: Fabrício Leão Souto Subdefensora Pública Geral: Thaís Cruz Moreira Pimenta Corregedor Geral: Djalma Mascarenhas Alves Neto Subcorregedora Geral: Daniely de Lima Soares Melro

Conselho Superior da Defensoria Pública:

Fabrício Leão Souto

Presidente - Conselheiro Nato

Thaís Cruz Moreira Pimenta

Subdefensora Geral-Conselheiro Nato

Djalma Mascarenhas Alves Neto

Corregedor Geral - Conselheiro Nato

Conselheira Eleita: Hoana Maria Andrade Tomaz

Conselheiro Eleito: Arthur César Cavalcante Loureiro

Conselheira Eleita: Andréa Carla Tonin

Conselheira Eleita: Lidiane Kristhine Rocha Monteiro Conselheira Eleita: Suellen Santos Rodrigues de Aguiar

Coordenadorias Regionais

1ª Coordenadoria Regional – Metropolitana de Maceió

Coordenadora: Hayanne Amalie Meira Liebig

2ª Coordenadoria Regional – Metropolitana do Agreste

Coordenador: André Chalub Lima

3ª Coordenadoria Regional - Norte

Coordenador: Manoel Correia de Oliveira Andrade Neto

4ª Coordenadoria Regional – Vale do Paraíba e Mundaú

Coordenador: Wagner de Almeida Pinto 5ª Coordenadoria Regional – Sertão Alagoano

Coordenadoria Regional – Sertao Alago Coordenadora: Andrea Carla Tonin

6ª Coordenadoria Regional - Sul

Coordenador: Gustavo Lopes Paes

7ª Coordenadoria Regional – Bacia Leiteira

Coordenador: Fábio Ricardo Albuquerque Lima

Corpo Administrativo

Chefe de Gabinete do Defensor Geral: Andresa Wanderley de Gusmão Barbosa

Diretor Administrativo e Financeiro:

Paulo Ricardo Silva Lima

Diretor da Escola Superior:

Ryldson Martins Ferreira

Coordenador de Recursos Humanos:

Sérgio Ricardo Silva do Nascimento

Coordenadora Contábil:

Renata Lima Taveiros de Mendonça

Coordenadora de Estágio e Convênios:

Lidiane Kristhine Rocha Monteiro

Gerente de TI:

Kelsen Henrique Rolim dos Santos

Gerente de Patrimônio:

Thiago de Holanda Rosario

Assessor de Planejamento e Orçamento:

Jamerson dos Santos Gomes

ATOS DO DEFENSOR-PÚBLICO GERAL

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DR. FABRÍCIO LEÃO SOUTO, EM 10 DE ABRIL DE 2025, DESPACHOU OS SEGUINTES PROCESSOS:

PROCESSO E:12070.0000000924/2025 INTERESSADO Gerência de Tecnologia da Informática ASSUNTO Contrato e Convênios: Acompanhamento da Execução Despacho De acordo com a solicitação (31603904), autorizo a abertura de processo administrativo para aquisição de mouses, teclados e mousepads através da ata de registro de preços DPE/AL nº 020/2024, no quantitativo indicado no memorando inaugural. Vão os autos à Gerência de Planejamento e Orçamento para fins de manifestação acerca da dotação orçamentária. Após, remetam-se os autos à Diretoria Administrativa Financeira para as providências necessárias.

PROCESSO E:12070.0000000930/2025 INTERESSADO Ricardo Anizio Ferreira de As ASSUNTO Pessoas: Diária Despacho Vão os autos à Coordenação Contábil para analisar a regularidade da documentação. Em caso positivo, remetam-se os autos à Gerência Setorial de Planejamento e Orçamento para manifestação acerca da existência de dotação orçamentária, voltando.

PROCESSO E:12070.0000000940/2025 INTERESSADO DAF ASSUNTO Contrato e Convênios: Acompanhamento da Execução Despacho De acordo com a solicitação (31619585), autorizo a abertura de processo administrativo para aquisição de microcomputadores através da ata de registro de preços DPE/AL nº 045/2024, no quantitativo indicado no memorando inaugural. Vão os autos à Gerência de Planejamento e Orçamento para fins de manifestação acerca da dotação orçamentária. Após, remetam-se os autos à Diretoria Administrativa Financeira para as providências necessárias.

PROCESSO E:12070.0000000911/2025 INTERESSADO Gerência de Tecnologia da Informática ASSUNTO Pessoas: Diária Despacho Vão os autos à Coordenação Contábil para analisar a regularidade da documentação. Em caso positivo, remetam-se os autos à Gerência Setorial de Planejamento e Orçamento para manifestação acerca da existência de dotação orçamentária, voltando.

PROCESSO E:12070.0000000419/2025 INTERESSADO Assessoria de Administração e Finanças ASSUNTO Contrato e Convênios: Processo de Pagamento Despacho Tendo em vista a nota de empenho global (30409477), autorizo o pagamento. Vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças desta Instituição, para efetuar a liquidação e o pagamento.

PROCESSO E:12070.0000000945/2025 INTERESSADO Assessoria de Administração e Finanças ASSUNTO Contrato e Convênios: Processo de Pagamento Despacho Tendo em vista a nota de empenho global (31632358), autorizo o pagamento. Vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças desta Instituição, para efetuar, de logo, o pagamento.

PROCESSO E:12070.0000000914/2025 INTERESSADO Seção de acompanhamento criminal ASSUNTO Pessoas: Processamento e Pagamento de Jetons Despacho Diante da regularidade da documentação apresentada, remetam-se os autos à Gerência Setorial de Planejamento e Orçamento para manifestação acerca da existência de dotação orçamentária. Em seguida, confirmando a existência de dotação orçamentária, vão os autos ao Setor de Contabilidade e Finanças para efetuar o pagamento.

PROCESSO E:12070.0000000776/2025 INTERESSADO Cinthia Maria Araújo Levino Nonô ASSUNTO Pessoas: Férias Despacho Tendo em vista o despacho da Coordenadoria Setorial de Pessoal (SEI 31652839), autorizo a fruição de férias pela interessada no período de 22de abril a 1º de maio de 2025. Vão os autos à Coordenadoria Setorial de Pessoal para anotações e arquivamento.







Nº 622

PROCESSO E:12070.0000000763/2025 INTERESSADO MATEUS CAVALCANTE DE LIMA ASSUNTO Pessoas: Férias Despacho Tendo em vista o despacho da Coordenadoria Setorial de Pessoal (SEI 31652842), autorizo a fruição de férias pelo interessado no período de 26 de maio a 4 de junho de 2025. Vão os autos à Coordenadoria Setorial de Pessoal para anotações e arquivamento.

PROCESSO E:12070.0000000611/2025 INTERESSADO Núcleo de Maragogi ASSUNTO Comunicação: Institucional Despacho Arquivem-se os autos.

PROCESSO E:12070.0000000627/2025 INTERESSADO Coordenadoria do Núcleo Criminal ASSUNTO Comunicação: Institucional Despacho Ciente. Arquivem-se os autos.

PROCESSO E:12070.0000000818/2025 INTERESSADO Coordenadoria do Núcleo Criminal ASSUNTO Pessoas: Férias Despacho Tendo em vista o despacho da Coordenadoria Setorial de Pessoal (SEI 31652866), autorizo a fruição de férias pelo interessado no período de 20 de maio a 3 de junho de 2025. Vão os autos à Coordenadoria Setorial de Pessoal para anotações e arquivamento.

Maceió, 10 de abril de 2025.

Andresa Wanderley de Gusmão Barbosa Chefe de Gabinete (Responsável pela resenha)

PORTARIA DPE Nº 202, DE 10 DE ABRIL DE 2025.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar 29, de 1º de dezembro de 2011, resolve REVOGAR, a Portaria DPE nº 291, de 25 de abril de 2023, que designou o servidor RICARDO LUCAS ALBUQUERQUE RODRIGUES, CPF nº 046.881.434-51, do cargo de Assessor Jurídico de Defensor Público, símbolo ASDP, do Quadro de Provimento em Comissão da Defensoria Pública Geral do Estado, para exercer a Função de Controlador Interno da DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ nº 04.649.138/0001-77 e do FUNDO DE MODERNIZACAO DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, CNPJ nº 31.389.473/0001-56.

FABRÍCIO LEÃO SOUTO

Defensor Público-Geral do Estado

PORTARIA DPE Nº 203, DE 10 DE ABRIL DE 2025.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar 29, de 1º de dezembro de 2011, RESOLVE exonerar, a pedido, RICARDO LUCAS ALBUQUERQUE RODRIGUES, CPF nº 046.881.434-51, do cargo de Assessor Jurídico de Defensor Público, símbolo ASDP, do Quadro de Provimento em Comissão da Defensoria Pública Geral do Estado, com efeito retroativo ao dia 10/04/25.

FABRÍCIO LEÃO SOUTODefensor Público-Geral do Estado

PORTARIA DPE Nº 204, DE 10 DE ABRIL DE 2025.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 29, de 1º de dezembro de 2011, resolve DESIGNAR o Defensor Público DR. WLADIMIR WRUBLEVSKI AUED para atuar nas audiências que foram designadas para o dia 9 de abril de 2025, referentes aos processos nº 0700831-95.2024.8.02.0046, 0800043-

94.2021.8.02.0046 e 0000802-38.2014.8.02.0046 - 4ª Vara Criminal de Palmeira dos Índios.

FABRÍCIO LEÃO SOUTO Defensor Público-Geral do Estado

Defensor Publico-Gerai do Estado

ATOS DA CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 18/CGDPE/2025

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições conferidas no art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 29/2011, RESOLVE DESIGNAR a Defensora Pública HAYANNE AMALIE MEIRA LIEBIG para prestar plantão criminal (capital) no dia 5 de julho de 2025 e plantão criminal (interior) no dia 27 de outubro de 2025. Maceió,10 de abril de 2025.

DJALMA MASCARENHAS ALVES NETO CORREGEDOR-GERAL

PORTARIA Nº 19/CGDPE/2025

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições conferidas no art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 29/2011, RESOLVE DESIGNAR o Defensor Público ROBERTO ALAN TORRES DE MESQUITA para atuar no plantão cível de Arapiraca, que será realizado nos dias 26,29 e 30 de dezembro de 2025, atuando como força-tarefa, nos termos da Resolução DPE nº 11/2017. Maceió, 10 de abril de 2025.

DJALMA MASCARENHAS ALVES NETO CORREGEDOR-GERAL

PORTARIA Nº 20/CGDPE/2025

O CORREGEDOR-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições conferidas no art. 21 da Lei Complementar Estadual nº 29/2011, RESOLVE DESIGNAR o Defensor Público MARCOS ANTÔNIO DA SILVA FREIRE para atuar no plantão cível de Arapiraca, que será realizado nos dias 31 de dezembro de 2025 e 01 de janeiro de 2026, atuando como força-tarefa, nos termos da Resolução DPE nº 11/2017. Maceió, 10 de abril de 2025.

DJALMA MASCARENHAS ALVES NETO CORREGEDOR-GERAL

A SUBCORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DANIELY DE LIMA SOARES MELRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, conferidas pela Lei Complementar Estadual 29/2011, DESPACHOU os seguintes processos:

Processo nº 12070.0000000919/2025. Interessado: João Mauricio da Rocha de Mendonça. Despacho: Trata-se relatório de inspeção realizado na Penitenciária de Segurança Máxima, no mês de março do corrente ano. Ante a regularidade das informações prestadas, bem como, relato de que as mesmas já foram encaminhadas aos núcleos de execução do órgão, arquive-se. Maceió, 09 de abril de 2025

Processo nº 12070.0000000909/2025. Interessada: Daniela Figueira Armindo. Despacho: Trata-se de relatório com informações relativas à(s) visita(s) carcerária(s), realizadas no mês de março de 2025, de acordo com o previsto no







Nº 622

art. 5°, § 1° da resolução CSDP n° 10/2012. Ante a regularidade das informações, arquive-se o feito. Maceió, 09 de abril de 2025.

Processo nº 12070.000000921/2025. Interessada: Luciana de Almeida Melo. Despacho: Trata-se de relatório com informações relativas à(s) visita(s) carcerária(s), realizadas no mês de março de 2025, de acordo com o previsto no art. 5°, § 1° da resolução CSDP nº 10/2012. Ante a regularidade das informações, arquive-se o feito. Maceió, 10 de abril de 2025.

Processo nº 12070.0000000919/2025. Interessado: João Mauricio da Rocha de Mendonça. Despacho: Trata-se relatório de inspeção realizado na Penitenciária de Segurança Máxima, no mês de março do corrente ano. Ante a regularidade das informações prestadas, bem como, relato de que as mesmas já foram encaminhadas aos núcleos de execução do órgão, arquive-se. Maceió, 10 de abril de 2025.

Processo nº 12070.000000931/2025. Interessada: Brigida Barbosa de Sousa. Despacho: Trata-se de manifestação informando a realização de visitas carcerárias no mês de março do corrente ano, conforme previsão constante do art. 5º, 1º da Resolução CSDPE/AL nº 10/2012, comunicando a inexistência de custodiados, em decorrência da interdição da unidade do CISP, no local de atuação. Efetue-se o registro da aludida informação nos controles internos desta corregedoria, devendo a defensora requerente, caso haja mudança na situação fática relatada, retomar a apresentação de relatórios, nas condições apontadas na citada Resolução. Publique-se. Após, arquive-se. Maceió, 10 de abril de 2025.

Processo nº 12070.0000000942/2025. Interessado: Eraldo Silveira Filho. Despacho: Trata-se de relatório com informações relativas à(s) visita(s) carcerária(s), realizadas no mês de março de 2025, de acordo com o previsto no art. 5°, § 1° da resolução CSDP nº 10/2012. Ante a regularidade das informações, arquive-se o feito. Maceió, 10 de abril de 2025.

Maria Rachel Aroucha Coimbra Lôu Assessora da Corregedoria (Responsável pela resenha)

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E CONVÊNIO

Edital nº 19/2025

O Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas, Dr. Fabrício Leão Souto, no uso de suas atribuições, torna pública a realização de processo seletivo n° E:12070.0000000934/2025 para a formação de cadastro de reserva para estágio em Direito na unidade da Defensoria Pública situada em BOCA DA MATA - AL, conforme as disposições a seguir:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1. Após aprovação no presente processo seletivo, poderão ser contratados estudantes de todas as instituições de ensino superior legalmente reconhecidas que estejam cursando entre o 5º e o 8º período do curso de Bacharelado em Direito.
- 2. O processo seletivo será realizado sob a responsabilidade da Coordenação de Estágio da Defensoria Pública do Estado de Alagoas e terá validade de <u>um ano</u>, a contar da data da homologação do resultado, podendo ser renovado uma vez por igual período.
- A seleção servirá para a formação de cadastro de reserva para a unidade da Defensoria Pública situada em BOCA DA MATA, durante a validade do certame.

- 4. Os estudantes selecionados atuarão no desempenho de atividades correlatas às da Defensoria Pública, exigindo-se do estagiário, no desempenho de suas funções, noções básicas de informática e internet.
- 5. As inscrições são gratuitas, e os estudantes aprovados e convocados para as vagas que venham a surgir no período de validade da seleção perceberão uma Bolsa de Complementação Educacional no valor mensal de 01 (um) saláriomínimo durante o período de estágio, além de auxílio transporte no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais.
- As atividades serão desenvolvidas <u>presencialmente</u> pelo período de 30 (trinta) horas semanais, no horário diurno, na unidade da Defensoria Pública em BOCA DA MATA.
- 7. O resultado final da seleção será publicado no Diário Oficial Eletrônico e no sítio eletrônico da Defensoria Pública de Alagoas (www.defensoria.al.def.br).
- 8. O estágio terá duração de 06 (seis) meses, prorrogáveis, a critério da Administração Pública, por períodos sucessivos até o máximo de dois anos (ou até a conclusão do curso).
- 9. O estágio observará a legislação pertinente (especialmente a Lei n. 11.788/2008, a Lei Complementar Estadual n. 29/2011 e a Resolução n. 006/2017 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Alagoas), as cláusulas dos convênios celebrados entre a Defensoria Pública, as respectivas instituições de ensino e o Centro de Integração Empresa Escola CIEE, e será acompanhado pela Escola Superior da Defensoria Pública.
- 10. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas em razão deste certame, que surgirem durante o prazo de validade do concurso, na forma do § 5°, art. 17, da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, ficando destinadas a 5ª, a 15ª, a 25ª, a 35ª vagas e assim sucessivamente.
- 11. Os estudantes portadores de deficiência deverão apresentar, no período de inscrição, laudo médico (original ou cópia autenticada) emitido nos últimos 06 (seis) meses, contendo a especificação, o grau (ou o nível) e a provável causa da deficiência e seu respectivo CID (código correspondente da Classificação Internacional de Doenças).
- 12. A inobservância do disposto no item 11 acima acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas aos estudantes portadores de deficiência. Neste caso, o estudante passará automaticamente a concorrer às vagas gerais, juntamente com os demais estudantes inscritos como não deficientes, desde que preenchidos os demais requisitos previstos neste Edital.
- 13. Os estudantes que se declararem portadores de deficiência, para a nomeação, deverão submeter-se à perícia médica perante a Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Estado de Alagoas, que examinará a existência ou não da deficiência, o seu grau e se ela é compatível com as funções que o estudante deverá desempenhar na Defensoria Pública do Estado de Alagoas.
- 14. Os estudantes deverão comparecer à perícia médica munidos do laudo médico que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.
- 15. A inobservância do disposto no item anterior, a não constatação, pela perícia médica, de o estudante ser portador de deficiência ou a sua insubmissão à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.







Nº 622

- 16. O estudante reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente figurará, em caso de aprovação no processo seletivo, na lista de classificação geral.
- 17. O estudante portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude da

incompatibilidade de sua deficiência com o exercício das atividades de estagiário(a) da Defensoria Pública do Estado de Alagoas será eliminado do processo seletivo.

18. Caso não existam candidatos com deficiência aptos e em número suficiente para preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, serão convocados estudantes da lista geral.

II – DAS INSCRIÇÕES:

- 1. LOCAL: As inscrições serão realizadas no período compreendido entre os dias 10 a 16 de abril de 2025, por meio do preenchimento de formulário que será disponibilizado no sítio eletrônico da Defensoria Pública (www.defensoria.al.def.br), na aba "estágios", link "2025 BOCA DA MATA Processo Seletivo para estágio em Direito").
- 1.1. Após o preenchimento e assinatura do formulário, este deverá ser enviado por correio eletrônico ao Defensor (a) Público (a) responsável pelo acompanhamento do estágio (gabinete@al.def.br), com o título "Seleção Estágio Defensoria BOCA DA MATA Edital 19/2025", juntamente com um documento de identidade, além dos documentos indicados no item 2, destacando-se que o formulário e os documentos deverão ser enviados no formato PDF EM UM ÚNICO ARQUIVO ANEXO, sob pena de indeferimento.
- 2. São condições de inscrição:
- a) estar devidamente matriculado no Curso de Direito de universidades e faculdades reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- b) conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital, especialmente no tocante à disponibilidade de estagiar no horário diurno na sede da Defensoria Pública no Município de BOCA DA MATA;
- c) apresentar, no ato da inscrição, histórico escolar contendo a nota e <u>média geral de todas as disciplinas já cumpridas</u> do curso de Direito, nome do aluno e data da expedição (expedido há menos de 30 (trinta) dias).

III – DA SELEÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- 1. O processo seletivo será feito a partir da análise do histórico escolar.
- 2. O histórico escolar receberá nota de até 10 (dez) pontos, considerando-se aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, **07** (sete) pontos na média global das disciplinas já cumpridas no curso de Direito.
- 3. Os candidatos serão convocados por ordem decrescente de pontos obtidos.
- 4. Na hipótese de igualdade na nota final, terá preferência o candidato que tiver a maior graduação no curso; persistindo o empate, terá preferência o mais idoso.
- 5. O resultado preliminar será divulgado no Diário Oficial Eletrônico e no sítio eletrônico da Defensoria Pública de Alagoas www.defensoria.al.def.br.

6. O resultado servirá para a formação de cadastro de reserva a ser utilizado pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas na unidade localizada em BOCA DA MATA, durante o período de validade do processo seletivo.

IV - DA CONVOCAÇÃO E PREENCHIMENTO DAS VAGAS:

- 1. A convocação para o preenchimento das vagas de estágio será realizada pela Coordenação de Estágio da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, em até 24 horas após a solicitação da DPE/AL, mediante contato telefônico e/ou convocação por *e-mail*, respeitado eventual cadastro de reserva válido.
- 1.1. O preenchimento das vagas de estágio ocorrerá a partir da publicação dos resultados, de acordo com as necessidades da DPE/AL, dentro do prazo de validade do processo seletivo.
- 1.2. A DPE/AL convocará os candidatos em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a existência de vaga de estágio.
- 1.3. Serão considerados para convocação os telefones e endereços de correio eletrônico (e-mail) registrados pelo estudante no momento da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados cadastrais, incluindo o curso, o ano/semestre e a instituição de ensino.
- 1.4. Para cada vaga de estágio a ser preenchida será realizada, em dois dias, uma tentativa de contato por dia por meio do(s) número(s) telefônico(s) registrado(s) de cada candidato. Paralelamente a isso a Coordenação de Estágio enviará mensagem por correio eletrônico ao candidato informando sobre a tentativa de contato para convocação da vaga a ser preenchida, e aguardará 48h (quarenta e oito horas) pela resposta.
- 1.5. No caso de o candidato não ser localizado (ou não responder à mensagem de correio eletrônico) nas duas tentativas de contato realizadas pela Coordenação de Estágio, será automaticamente eliminado do processo seletivo, e o candidato com classificação imediatamente posterior será convocado para o preenchimento da oportunidade.
- 2. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
- a) não for localizado após duas tentativas de contato telefônico, em decorrência de telefone desatualizado, incompleto ou incorreto, e não responder à mensagem enviada por correio eletrônico em até 48h (quarenta e oito horas) após seu envio;
- b) se recusar a iniciar o estágio na data, local e demais condições estipuladas pela DPE/AL.
- c) não comparecer ao local de estágio, após cinco dias úteis da aceitação da convocação.
- d) apresentar documentação divergente ao que foi solicitado neste edital;
- e) deixar de formalizar o requerimento de solicitação de remanejamento para o final da lista de classificação
 no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após a sua convocação;

h) estiver, no ato da convocação para estágio, com a matrícula trancada.

V – DOS RECURSOS:

- 1. Os recursos contra o resultado preliminar poderão ser interpostos no prazo de dois dias úteis após a divulgação do resultado preliminar.
- 2. Os recursos deverão ser digitalizados em formato PDF e enviados por correio eletrônico ao Defensor (a) Público (a) responsável pelo acompanhamento do







Nº 622

estágio (gabinete@al.def.br), com o título <u>"Recurso à Seleção Estágio Defensoria BOCA DA MATA - Edital 19/2025"</u> que remeterá ao candidato comprovante de recebimento do recurso.

- Os recursos deverão ser fundamentados e conter o nome do candidato, número da identidade, endereço para correspondência, telefone e correio eletrônico.
- 3. Após o julgamento dos recursos, será publicado o resultado definitivo do processo seletivo no Diário Oficial Eletrônico e no sítio eletrônico da Defensoria Pública de Alagoas www.defensoria.al.def.br.

${ m VI}$ – DOS REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO:

- 1. Ser aprovado e classificado no processo seletivo conforme as regras deste edital;
- 2. Estar cursando, <u>no mínimo, o quinto período e, no máximo, o oitavo período</u> do curso de Direito, comprovando tal fato por meio de certidão expedida pela instituição de ensino
- Apresentar os documentos comprobatórios das condições constantes deste edital:
- 4. Estar apto a cumprir a carga horária exigida, estagiando no horário diurno.

VII - DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

superior;

- 1. Durante a vigência do estágio, o estagiário será supervisionado pelo Defensor Público orientador, a quem compete analisar sua assiduidade, prosteza e cumprimento satisfatório das atividades propostas.
- 1.1. Para a aferição dos requisitos acima, além do acompanhamento diário das atividades, o Defensor Público receberá do estagiário, ao final de cada semestre, relatório pormenorizado de suas atividades, conforme requisitos a serem oportunamente apresentados pela Direção da Escola Superior da Defensoria Pública e da Coordenação de Estágio.
- 1.2. O Defensor Público orientador do estágio preencherá ficha avaliativa do estagiário, ao final de cada semestre, e a encaminhará, juntamente com o relatório aludido no item 1.1 à Coordenação de Estágio e à Direção da Escola Superior da Defensoria Pública, cabendo a esta última expedir certificado ao final do período de estágio.
- 2. Além das atividades diárias, os estagiários poderão ser convocados a participar de capacitações, cursos, palestras e outros eventos, realizados pela Escola Superior da Defensoria Pública, cujos certificados serão aproveitados no momento de sua avaliação semestral.
- 2.1. As capacitações, cursos, palestras e outros eventos implicarão tempo de efetiva atividade.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- Todos os avisos, resultados e comunicações serão feitas através do Diário Oficial Eletrônico, além de divulgados no sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.
- 2. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial do Eletrônico.

- 3. O processo seletivo destina-se à formação de cadastro de reserva de estagiário na unidade da Defensoria Pública em **BOCA DA MATA** atendidos os requisitos deste edital e respeitado eventual cadastro de reserva em vigor.
- O candidato classificado será, após a abertura de vaga, convocado pela Coordenação de Estágio da Defensoria Pública do Estado para firmar termo de compromisso;
- O termo inicial do estágio dar-se-á imediatamente após a celebração do termo de compromisso. Será excluído do processo seletivo o candidato que:
- a) fizer, em qualquer momento, declaração falsa ou inexata;
- b) deixar de apresentar quaisquer dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos deste edital;
- c) não atender às determinações quanto à aplicação da prova acima mencionadas.
- 6. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 7. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágio.

Maceió, 09 de abril de 2025.

FABRÍCIO LEÃO SOUTO
Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas